

SOBRE AS OCUPAÇÕES URBANAS E SUAS POTENCIALIDADES COMO COMUM

Julia Vilela Caminha
PUC-Rio
juliajvc@gmail.com

O trabalho que se segue reflete as pesquisas e reflexões iniciais da investigação de doutorado. O trabalho objetiva mostrar a potencialidade das ocupações urbanas para a configuração de comuns. A metodologia utilizada até o momento foi a revisão bibliográfica bem como experiências que a autora teve em ocupações no Rio de Janeiro e na Europa, em especial as exploradas em sua pesquisa de mestrado – *Vall de Can Masdeu*, *Can Vies* e bancos expropriados (*Banc Expropiat* e *Ateneu La Porka*), em Barcelona; Christiania, em Copenhague; e Manoel Congo, no Rio de Janeiro – e a ocupação Solano Trindade, no Estado do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que essas ocupações se dão em edifícios e terrenos, públicos ou privados, em áreas urbanas¹.

Devido ao estágio inicial da pesquisa, os resultados ainda são especulativos, porém, podemos aproximar, a partir de nossa revisão bibliográfica, que as ocupações estudadas são espaços comuns que lutam pelo direito à cidade, na medida em que visam não só satisfazer as necessidades de moradia e de espaços de sociabilidade, mas também são práticas de diferentes modelos de organização do trabalho e tomada de decisões internos, mais participativos e horizontais. Portanto, vão além da dimensão interna da ocupação, protestando em conjunto com movimentos sociais maiores sobre diversos temas, como contra a especulação urbana, o racismo, a guerra etc. Entretanto, “comuns” ainda é uma noção teórica não totalmente definida até o momento, motivo pelo qual esperamos que esta pesquisa contribuía na construção de sua fundamentação teórica.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro partes: a primeira, intitulada “A produção da cidade no neoliberalismo” busca explicitar o atual quadro no qual se encontra o espaço urbano, o que nos leva ao segundo ponto, “As ocupações urbanas: forma de combate”. Neste, buscamos explicar as características das ocupações que nos alertam para seu potencial em se transformar em comuns. A terceira parte “Conflitos sociais e a luta pelo espaço: o comum como possibilidade” busca contextualizar o termo e articulá-lo às ocupações urbanas, definindo-os como potenciais alternativas ao atual contexto neoliberal. Por fim, em “Considerações finais”, em uma breve retomada do explorado no trabalho, buscamos explicitar o comum como alternativa para a atual situação e mostrar possíveis caminhos de pesquisa.

¹ A saber: o *Vall de Can Masdeu* localiza-se no edifício e terreno de propriedade do *Hospital de Sant Pau*; o Centro Social Autogestionado *Can Vies* ocupa um edifício pertencente a companhia de transportes metropolitanos de Barcelona; os bancos expropriados se dão em antigas agências bancárias fechadas após a crise financeira de 2008; Christiania ocupa edifícios e terrenos de um antigo campo militar; a Manoel Congo ocupa um antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e, por fim, a Solano Trindade ocupa antigo terreno do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa.

A produção da cidade no neoliberalismo

Ao deslocar, na modernidade, a dinâmica econômica do setor industrial para o terciário, o neoliberalismo aprofundou as contradições existentes, na medida em que a cidade ganha novo destaque, se definindo como condição para a produção do capital. Desta forma, o atual processo de metropolização é uma parte ativa para a obtenção da mais-valia pelo capitalismo, acompanhada de uma sucessiva despossessão da grande maioria da população. Ainda, “a valorização do espaço como expressão da realização da propriedade privada da riqueza impõe-se para toda a sociedade, redefinindo os acessos aos lugares, criando interditos”², conforme aponta Ana Fani Carlos.

Tanto para Lucio Kowarick³ como para David Harvey⁴, as cidades têm se tornado mais desiguais, fragmentadas e segregadas, sendo os enclaves fortificados – como os condomínios fechados, com suas guaritas de segurança –, a vigilância constante e a transformação do espaço público em privado exemplos dessa mudança que tornam hegemônicos os valores da política neoliberal de defesa da propriedade privada. É neste sentido que Harvey (2013) afirma que o direito à cidade está nas mãos de interesses privados, de uma pequena elite política e econômica que molda a cidade conforme seus desejos e necessidades.

Alvaro Ferreira⁵ nos alerta, ainda, para a produção alienada de cidade – na qual a representação importa mais que a mercadoria e o próprio consumidor – que homogeneiza, fragmenta e hierarquiza. Assim, a cidade alienada se opõe ao cidadão. É fácil concluir, então, que na atual dinâmica neoliberal, o próprio espaço aparece como objeto de consumo, de modo que a disputa por ele se acirra. Henri Lefebvre já nos alertava que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”⁶; neste sentido, a urbanidade, a característica do que é urbano, da cidade, vem sendo destruída, principalmente pela restrição dos espaços de encontro e convívio.

Assim, as inúmeras transformações pelas quais as cidades passaram em prol da manutenção do capitalismo não trouxeram somente mudanças em sua infraestrutura, mas também no modelo de vida urbano, agora baseado no consumismo. Da mesma forma que a cidade em si, a qualidade de vida para seus habitantes tornou-se uma mercadoria para os que possuem dinheiro. A exploração do trabalhador, então, deixa de estar restrita ao local do trabalho, mas se inicia no espaço vivido dos trabalhadores, caracterizando a espoliação urbana - a partir de Kowarick⁷, entendemos espoliação como a sobre-exploração do trabalhador produzida pelas condições precárias de reprodução social na cidade.

A cidade capitalista criou o centro de consumo. [...] Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar [...] é o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca⁸

O espaço urbano, como expressão das contradições do capitalismo, possui características

² Carlos, 2015, p. 27.

³ Kowarick, 1979.

⁴ Harvey, 2013.

⁵ Ferreira, 2017.

⁶ Lefebvre, 2001, p. 22.

⁷ Kowarick, 1979.

⁸ Lefebvre, 2001, p. 130.

antagônicas, sendo, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado, homogeneizado e hierarquizado, reflexo e condição social. Isto faz com que adquira dimensões e significados variáveis para cada um, o que leva a que se caracterize também como um conjunto de símbolos e um campo de lutas. O solo está no centro dessas disputas. No atual contexto de hegemonia de valores neoliberais e da atenção prioritária às necessidades das elites, emergem movimentos sociais urbanos que buscam diminuir ou, utopicamente, acabar com as diferenças na cidade e lutam pela construção de novos ideais urbanos.

Desta forma, o espaço público emerge não só como cenário, mas também como objeto de reivindicações. Ainda, vivemos sob as condições do mundo neoliberal, no qual impera o individualismo, a fragmentação, o desprezo pelas ações coletivas, assim como pela impossibilidade de identidade urbana e de pertencimento a um todo maior. Isto é o que o neoliberalismo apregoa como modo “moderno” de vida. Porém, para alcançar uma verdadeira cidadania – o direito à cidade – é necessário romper com as ideias apresentadas pelas empresas do *mainstream*, pela sociedade burocrática de consumo e com o cotidiano programado. Acreditamos que as ocupações urbanas surgem como formas de enfrentamento a isso, conforme apresentaremos a seguir.

As ocupações urbanas: formas de combate

O termo ocupação tem sido evocado por diferentes movimentos sociais, coletivos, produtores, acadêmicos e até mesmo pelo Estado e grande mídia como o ato de se estar no espaço público – seja ele um parque, uma praça, uma rua, um edifício ou um viaduto. Lembramos, porém, que o mero ato de ocupar uma propriedade vazia, não significa mudar as regras do jogo, mas representa uma transgressão a ele, assim, para melhor desenvolvimento de nossa proposição, é necessária uma explanação sobre o que entendemos como ocupações urbanas e suas principais características que as tornam potências para a configuração de comuns, mudando, então, as regras do jogo.

Ocupação urbana é viver em - ou usar - uma habitação, sem o consentimento do proprietário. Ocupantes tomam edifícios com a intenção de utilização a relativo longo prazo. Ocupação urbana pode ser diferenciada de ocupações em terrenos baldios. [...] O “relativo longo prazo” significa que a ocupação tem a intenção de fazer uso a longo prazo, porém não necessariamente pelas mesmas pessoas. De fato, em algumas ocupações os moradores mudam rapidamente.⁹

Assim, entendemos as ocupações urbanas como a reapropriação social de espaços abandonados como solução para as mais distintas necessidades: moradia, trabalho, lazer, criatividade e lutas política e social. As ocupações, então, são formas de luta pelo direito à cidade e almejam alcançar o acesso universal à cidade, por meio do valor de uso dos equipamentos e bens públicos.

Historicamente, as ocupações surgem como resultado da espoliação e de ações subversivas e contestatórias do/pelo trabalhador, a partir do momento que ele se dá conta de sua situação social e econômica - inspirado por movimentos sociais. o pessoal é político, portanto, ao

⁹ Pruijt, 2013, p. 17-21, tradução nossa, no original: “*Urban squatting is living in – or otherwise using – a dwelling without the consent of the owner. Squatters take buildings intending relatively long-term use. Urban squatting can be distinguished from squatting on vacant land. [...] Relatively long-term use’ means that the squatting action is intended to make relatively long-term use possible, though not necessarily by the same people. In fact, in some squats inhabitants and users come and go in rapid succession*”.

mudar nosso mundo, mudamos a nós mesmos, mudamos nossas lógicas internas para efetivamente mudar as externas – em outras palavras, devemos, então, ativar nosso lado ator – ou o nosso arquiteto rebelde¹⁰ – e agir para obter mudanças no cotidiano e no espaço. Como tal, é necessário que o trabalhador tome consciência de sua situação social e econômica, contextualize a exploração e as desigualdades, para que possa contestar a ordem vigente – ou, com os termos de Carlos Walter Porto-Gonçalves¹¹, movimentar-se. É neste sentido que Hans Pruijt¹² afirma o potencial das ocupações para empoderamento e ‘liberação cognitiva’ da população. Como hoje se apresentam, as ocupações urbanas são, pois, novas formas de luta. Sua originalidade faz com que ainda sejam pouco estudadas - o que é uma das justificativas de nossa investigação, que procura averiguar sua relevância e lugar no espaço urbano, já que são uma resposta à desigual distribuição de serviços e recursos ali existentes.

No contexto de muitos países, em especial o Brasil, é necessário diferenciar as ocupações de favelas, loteamentos e cortiços, tipologias estabelecidas historicamente como resultado de ocupações graduais de terras por famílias pobres, fenômenos que sempre existiram e caracterizam parte do processo de urbanização. Conforme afirma Ermínia Maricato, elas surgem não como fruto de ações subversivas que visam confrontar a lei, mas sim como resultado de “um processo de urbanização/industrialização baseado em baixos salários e [...] de uma tradição de especulação fundiária alimentada por investimentos públicos regressivos e concentrados, além de uma legislação, cuja forma de aplicação exclui e segrega”¹³.

Essas tipologias habitacionais estão submetidas à lógica mercantil – na qual se aluga ou se vende uma casa ou cômodo –, enquanto as ocupações defendidas neste artigo são ações políticas e contestatórias, de consciência política, seja contra o princípio da propriedade privada ou ao uso dado a determinado lugar. Admite-se, porém, que uma ocupação possa adquirir caráter mercantil, por isso o trabalho de formação política dos ocupantes é importante. Consideramos também, a possibilidade de existência de ocupações “desorganizadas”, no sentido de não possuírem uma organização política “tradicional”, sendo fruto da necessidade econômica do trabalhador. Entretanto, elas podem ser entendidas como “organizadas” pelo capitalismo, na medida em que este cria trabalhadores hiperprecarizados – entendido como o “heterogêneo universo de trabalhadores informais e todos aqueles que sobrevivem em circunstâncias de vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços extremamente desconfortáveis e muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas”¹⁴ –, sem acesso às necessidades básicas, como moradia.

O argumento principal dos movimentos de ocupação é a falta de legitimidade da ação de deixar propriedades privadas abandonadas, já que elas poderiam estar sendo utilizadas de alguma forma, possuindo, então, uma função. Argumentam que o direito de uso deve ser prioritário à defesa da propriedade privada como valor de troca. Porém, muitas ocupações vão além desse problema e criticam, também, a especulação do sistema capitalista, entendendo a especulação urbana como uma de suas expressões.

Com base em Miguel A. Martínez¹⁵, entendemos que houve uma “evolução” dos movimentos

¹⁰ Uma metáfora criada por Harvey (2009) para nossa própria condição de atores de nossas práticas cotidianas e que possibilita reconstruir nosso mundo de vida.

¹¹ Porto-Gonçalves, 2002.

¹² Pruijt, 2013.

¹³ Maricato, 2011, pp. 155-156.

¹⁴ Souza, 2008, pp. 131-132.

¹⁵ Martínez, 2002.

de ocupação: da exclusividade para fim residencial – afinal, “*la okupación es la forma más vieja de tenencia en el mundo, y todos somos descendientes de okupas*”¹⁶ – à constituição de uma ampla rede de ocupações com projetos políticos, como as estudadas neste trabalho. Assim,

*El movimiento okupa, por su parte, es el que más continuidad tiene con las demandas urbanas de los movimientos ciudadanos anteriores, elaboradas ahora por una generación más joven que también recoge ideologías comunistas del movimiento contracultural e ideologías políticas de la izquierda extraparlamentaria*¹⁷

Desta forma, a reapropriação de imóveis e espaços por meio das ocupações políticas vem acompanhada da transformação dos modos de vida, em uma busca por uma forma de viver diferente da institucionalizada, e à maior importância ao valor de uso em relação ao valor de troca. Constituem-se tanto como oposição direta à desigualdade social resultante da existência da propriedade privada, quanto como oposição indireta em distintos níveis sociais, por meio da autogestão, da solidariedade, da crítica à repressão etc. Ainda,

*Las okupaciones son parte de una lucha política al margen del sistema institucional, entendiendo que es política porque se ejerce algún tipo de relaciones de poder [...]. Su sentido político es emancipatorio en la medida en que plantea una resistencia genérica a la dominación [...]. Que podamos valorar este sentido ideológico general como emancipatorio o progresista no significa que exista siempre una unánime comprensión de las dimensiones de la dominación social existente.*¹⁸

As ocupações mostram caráter libertário e anticapitalista, a partir do antiautoritarismo, da crença na democracia direta e na auto-organização social, do predomínio da ação direta e da crítica constante aos órgãos repressivos do Estado. Assim, mostram os males e os posicionamentos a respeito dos problemas de diferentes esferas.

Desta forma, em geral, os movimentos de ocupação possuem uma abordagem de “esquerda radical” – muitos de seus ativistas declaram-se comunistas ou anarquistas – e possibilitam inovações nas áreas política e social da contracultura. Não se pode negar, porém, a existência de ocupações com caráter reacionário e/ou nazi-facista, como o caso do *Hogar Social Ramiro Ledesma*, em Madrid, que alega defender as famílias vítimas de despejos, porém, somente se forem espanholas e a *CasaPound*, em Roma. Ocupações com esse caráter, porém, se configuram como exceções e não regra.

Neste sentido, observa-se que as ocupações podem ter seu poder ampliado quando articuladas a outras práticas anticapitalistas, como os movimentos de alterglobalização¹⁹, conforme apontam Miguel A. Martínez e Claudio Cattaneo²⁰. Isto pode significar uma forma de melhor atender às necessidades radicais, entendidas como carências sociais e intelectuais que variam de acordo com o estado (político, econômico, social e cultural) da sociedade, conforme

¹⁶ Ward, 1980, apud Martínez, 2002, p. 97.

¹⁷ Martínez, 2002, p. 127.

¹⁸ Martínez, 2002, p. 203.

¹⁹ Não confundir “alterglobalização” (ou altermundismo) com “antiglobalização”, esta última indica somente a oposição aos aspectos liberais da globalização. A alterglobalização, por sua vez, além de significar o protesto contra as consequências negativas da globalização neoliberal – nas áreas de economia, política, cultura, social e ecológica – não se opõe à globalização em si, busca alternativas ao paradigma neoliberal e sua atual globalização, sendo sua maior expressão o lema “um outro mundo é possível”.

²⁰ Martínez; Cattaneo, 2014a.

definido por Agnes Heller²¹.

Claramente, portanto, as ocupações possuem uma relação direta com o Estado, visto este estar envolvido na produção de espaços suscetíveis à ocupação, além de atuar fortemente na defesa da propriedade privada e na repressão a alternativas de estilos de vida contrários ao capitalismo., pois, reações criativas ao capitalismo, experimentos sociais, decorrendo a sua legitimidade (ou não) da ideologia do juiz. Assim, uma ocupação pode ser considerada ilegal pelo Estado, mas não pela sociedade ou por determinado grupo social. É importante, portanto, que as atividades desenvolvidas na e pela ocupação sejam coerentes com o tipo de antagonismo ao sistema que ela pretende alcançar. As práticas, as redes de conexão social e o equilíbrio em relação ao poder local são fundamentais para obtenham legitimidade frente à sociedade. A saber, na ocupação Solano Trindade, em Duque de Caxias, foi aberto um curso pré-vestibular comunitário voltado não só para os moradores da ocupação como os do entrono; no *Vall de Can Masdeu*, em Barcelona, vizinhos possuem uma horta no terreno; em diversos Centros Sociais Ocupados existem oficinas e cursos voltados a todos os interessados. Esses exemplos demonstram como as atividades podem auxiliar a ocupação a se aproximar da sociedade, dando suporte às crenças defendidas pelos ocupantes e, também, rompem com o imaginário social de que as ocupações são fechadas, exclusivas aos seus ocupantes.

É neste sentido que afirmamos não se poder definir os movimentos de ocupação como ações ilegais isoladas em busca de moradia ou como ações de jovens, como é comum ocorrer no imaginário conservador. São movimentos locais que se referem também a uma parcela dos conflitos urbanos existentes. É, portanto, um movimento urbano, durável e com

O ato de *okupar* é uma interferência direta nas operações capitalistas de acumulação e nas regras do mercado habitacional e urbano. Em síntese, podemos entender as ocupações como um grande símbolo de oposição aos problemas causados pela distribuição desigual das riquezas e da especulação urbana desenfreada.

Conflitos sociais e a luta pelo espaço: o comum como possibilidade

Os conflitos sociais não se resumem às disputas materiais, mas também abarcam as disputas simbólicas. Desta forma, a reapropriação por meio das ocupações políticas vem acompanhada pela transformação dos modos de vida, uma busca por uma forma de viver diferente da institucionalizada, dando maior importância ao valor de uso do que ao valor de troca. Neste sentido, concordamos com Ferreira²² que o espaço é tanto onde se materializam as diferenças como também onde se pode vislumbrar novas possibilidades, sendo então lugar da contestação, da rebeldia, do encontro e da ação.

Em seu livro “Guerra dos Lugares”, de 2015, Raquel Rolnik aborda o processo de financeirização das cidades e suas consequências, em especial o impacto sobre os direitos à terra e à moradia; trata das práticas dominantes que têm transformado o espaço urbano em um espaço alienado. Porém, ao final, nos traz uma perspectiva mais otimista, afirmando que a implementação do modelo neoliberal não ocorre sem resistências, sem batalhas políticas e sociais, sem quebras de consenso²³.

²¹ Heller, 1996.

²² Ferreira, 2015.

²³ Rolnik, 2015.

Estamos, portanto, diante de uma ‘guerra dos lugares’ ou de uma guerra ‘pelos lugares’. Nessa guerra, o que está em jogo são processos coletivos de construção de ‘contraespaços’: movimentos de resistência à redução dos lugares a loci de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis²⁴

Entre estes ‘contraespaços’, espaços alternativos ao modelo hegemônico, encontram-se as ocupações. Afinal, “a ocupação empreendida por um movimento social significa ‘liberar’ o lugar para permitir que a população nele intervenha, desafiando a tentativa das autoridades de excluí-la (de um lugar, de um projeto, de um processo decisório)”²⁵. Nos últimos anos, no Brasil, houve uma multiplicação de ocupações de ruas, praças e edifícios, em especial por coletivos culturais e movimentos sem-teto. A autora ainda afirma que assistimos ao surgimento de um duplo movimento reivindicatório: o primeiro ocorre nas artes, com a crescente ação de coletivos artísticos intervindo na cidade; o outro se situa nos próprios movimentos sociais urbanos, nos quais se contesta as tradicionais formas de representação política, dando lugar a novas formas de autorepresentação. Assim, observa-se uma “redescoberta” da cidade pelos seus habitantes, transformando-a novamente em ponto de encontro e local de manifestações e expressões, ampliando a convergência (e divergência) de interesses. Há uma (re)ascensão do espaço público urbano como lugar de encontro, de exercício democrático e de respeito à diversidade.

Conforme já dito, a prática da ocupação é antiga e se configura como elemento-chave nos conflitos sócioterritoriais. Assim, podemos dizer que, à medida que os comuns “somem”, as ocupações aparecem – são dois lados da mesma moeda, decorrentes do que historicamente se denomina cercamento de terras. É importante frisar que não é a partir dos movimentos *occupy*²⁶ que se começa a ocupar e muito menos a pensar o comum, mas com eles os termos ganham visibilidade, novos ares e se estabelecem, de fato, como formas de luta contra o capitalismo.

As ocupações dialogam diretamente com o direito à cidade, entendendo-se que este abarca, além do acesso e uso dos recursos urbanos, o direito coletivo (e não individual!) a mudar e reinventar a cidade segundo nossos desejos²⁷. O direito à cidade configura-se pelo habitar como atividade de reapropriação, incluindo (e precisando) da participação popular. Para Lefebvre²⁸, o direito à cidade constitui-se pelo direito à vida urbana, a uma centralidade renovada ao usufruto da cidade, por meio da priorização do valor de uso e, também, do acesso universal à cidade. Afinal, “para mudar a vida é preciso mudar o espaço, é preciso questionar

²⁴ Rolnik, 2015, p. 378.

²⁵ Rolnik, 2015, p. 377.

²⁶ Aqui vale uma breve explicação acerca do termo. A partir da crise de 2008, diversas praças e ruas na Europa e nos Estados Unidos foram ocupadas como protesto contra a desigualdade econômica e social e a corrupção, sendo *occupy* o nome dado ao movimento. No Brasil, apesar de haver ocorrido movimentos semelhantes na mesma época, como o Ocupa Rio, na Cinelândia, as ocupações ganharam destaque a partir das Jornadas de Julho de 2013. Também é importante salientar que o movimento *occupy* se diferencia do movimento *squatter*, como os próprios nomes indicam. *Squat* indica essencialmente a ocupação de imóveis vazios, muitas vezes para a moradia. No Brasil, fala-se somente em ocupação.

Os movimentos *occupy* (conhecido como 15M na Espanha) e *squatter* estão ligados e se inserem no contextos de movimentos de alterglobalização. Conforme aponta Joviano Gabriel Maia Mayer (2013), ao montarem barracas, cozinhas e centros comunitários através da organização coletiva, esses movimentos se (re)apropriaram de espaços e transformaram espaços públicos em comuns. Ainda, ambos os movimentos significam não somente a vivência coletiva, mas ações políticas.

²⁷ Harvey, 2013.

²⁸ Lefebvre, 2001.

a propriedade privada do solo, é preciso valorizar o espaço público e lutar por ele”²⁹. É neste sentido que afirmamos que a luta pelo direito à cidade se inicia pela luta em reorientar o espaço urbano, de forma que as insurgências podem portar outras (ou até mesmo novas) urbanidades e usos, como os comuns.

Concordamos com Pierre Dardot e Christian Laval³⁰ que o conceito de *comum*, como princípio político, tem diversas vertentes que dele tentam se apropriar; neste sentido, é relevante também aprofundar o estudo de sua relação e estabelecimento no urbano, visando que não se torne uma “palavra de borracha” – aquela que pode significar tudo e ser reivindicada por todos³¹. Diante disto, é necessário fazer uma breve explicação sobre os distintos significados que o conceito pode adquirir.

Conforme apontam João Bosco Moura Tonucci e Felipe Nunes Coelho Magalhães³², os estudos e ideias sobre o comum podem ser divididos, a grosso modo, em duas vertentes: uma relacionada ao pensamento econômico liberal e outra à teoria crítica e à crítica da economia política. Para os autores, a primeira abordagem, baseada nos trabalhos de Elinor Ostrom,

acaba por reificar os recursos comuns como um tipo específico de bens complementares aos bens públicos e privados, e não a eles opostos, ofuscando, assim, as relações de poder; [...] além de recusar-se a reconhecer que as pessoas possam ter motivações não econômicas para cooperarem.³³

A segunda perspectiva, por sua vez, considera que “o comum é antes uma relação social e um conceito político do que um bem ou um regime coletivo de propriedade”³⁴, sendo, então, antagônico ao capitalismo. Buscaremos, nas próximas páginas, uma aproximação com a abordagem de cunho mais crítico, definindo, então, o que entendemos como comum.

Dardot e Laval apontam que Michael Hardt e Antonio Negri produziram a primeira teoria do comum, de tal forma que este “se tornou a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista”³⁵. Para aqueles autores, não é uma terceira opção ao privado e ao público, mas, sim, como uma segunda via, antagonista à gestão do capital e aos seus meios de produção – sejam eles privados ou públicos³⁶. Neste sentido, “a pretensa ‘realização’ do comum pela propriedade do Estado nunca foi mais do que a destruição do comum pelo Estado”³⁷, afinal, a propriedade pública se tornou uma forma “coletiva” de propriedade privada reservada à classe dominante. Assim,

Conceber um espaço comum implica problematizar como se dá sua apropriação, os modos de fazer-com, o caráter (democrático ou não) da gestão, a distribuição das responsabilidades,

²⁹ Ferreira, 2017, p. 101.

³⁰ Dardot; Laval, 2017.

³¹ Aqui também vale uma pausa para salientar o trabalho de Mariana de Moura Cruz (2017). Por meio de uma perspectiva pós-colonial, a autora aponta que algumas palavras são de difícil tradução para o português, demandando empenho e novas construções semânticas mais apropriadas. Este seria o caso do vocabulário do comum (ou *common*, em inglês), incluindo as palavras *commons*, *commoning* e *communers*, que ainda não possuem traduções únicas e dadas como definitivas para o português, estando ainda em disputa e representando um verdadeiro desafio linguístico.

³² Tonucci Filho; Magalhães, 2017.

³³ Tonucci Filho; Magalhães, 2017, p. 446.

³⁴ Tonucci Filho; Magalhães, 2017, p. 446.

³⁵ Dardot; Laval, 2017, p. 18.

³⁶ Negri, 2008.

³⁷ Dardot; Laval, 2017, p. 59.

dos bens e recursos comuns, a autonomia de decisão ante ao Estado, ao mercado ou qualquer ente externo, a abertura às singularidades, a processualidade, a imanência, as temporalidades, a produção de afetos (mais ou menos potente) e de novas subjetividades (mais ou menos emancipatório). O principal confrontante dos espaços comuns é, sem dúvida, o capital, seus valores e hierarquias, mas também o Estado na medida em que se confunde com aquele.³⁸

Sinteticamente, entendemos os comuns como bens e recursos coletivamente compartilhados, usados e geridos por um grupo de pessoas, por meio de uma série de práticas, saberes e regras concebidos e decididos pelo próprio grupo. Os comuns são, pois, objetos pelos quais a atividade coletiva se responsabiliza. Comuna, por sua vez, é o autogoverno enquanto comum é o princípio político que rege toda essa atividade e preside a construção do autogoverno³⁹. Comum é, pois, princípio político que designa justamente as frentes de lutas, traduz as aspirações contrárias ao capitalismo e alimenta práticas de criação e governo de comuns.

Desta forma, o fortalecimento da ideia do comum nos últimos anos é uma reação ao neoliberalismo – e uma forma de dar às costas ao comunismo de Estado – e que toma corpo a partir das reivindicações populares de cidades mais abertas e democráticas ao uso para todos.

É importante lembrar que a propriedade no mundo é bastante heterogênea, existe uma diversidade de relações e reivindicações entre pessoas e a terra, muitas das quais, não se enquadram nas definições prevaletentes da propriedade pública ou privada. Assim, concordamos com Tonucci Filho e Heloisa Soares de Moura Costa que

mesmo que a ideologia proprietária obscureça intencionalmente quaisquer formas alternativas de propriedade que não sejam privada ou pública, isso não deve ser tomado como sinônimo da sua inexistência: muito pelo contrário, múltiplas reivindicações coletivas à terra e ao espaço são articuladas na cidade, tanto na prática cotidiana quanto em criativos atos de resistência e transgressão. Ainda que em grande medida invisível, o comum é ubíquo e disseminado.⁴⁰

Neste sentido, o comum não é algo novo, pois era a forma predominante de organização social antes do estabelecimento do capitalismo como modo de produção hegemônico. Aliás, seu próprio fim – ou a tentativa de finalizá-lo – significou as bases para o advento capitalista, através do cercamento (*enclosure*) das terras comunais inglesas, como bem o relata Marx. Os comuns não desaparecem completamente, apenas foram “invisibilizados” pelas ideologias da proprietária (privada e pública) e por novas práticas de cercamentos urbanos que se utilizam da privatização de áreas públicas e comuns para uma reestruturação neoliberal⁴¹.

O comum se conforma como uma prática de autogoverno, orientada pela cooperação democrática, na qual se necessita descobrir os melhores mecanismos para gerir, desenvolver e sustentar o próprio comum. É a partir desta visão que David Bollier⁴² afirma que vivemos uma revolução silenciosa na qual devemos escolher entre ser um *commoner* (aquele que pratica comum ou o fazer-comum) ou continuar a sofrer pilhagem e espoliação. Ao optar pelo

³⁸ Mayer, 2015, pp. 186-187.

³⁹ Dardot; Laval, 2017.

⁴⁰ Tonucci Filho; Costa, 2017, p. 14.

⁴¹ Dardot e Laval (2017) afirmam que muitos autores consideram que a ampliação da propriedade privada e da mercantilização em todos os campos se conformam como uma segunda fase de cercamentos, que ocorreria, principalmente nos campos da biodiversidade e da criação intelectual e científica.

⁴² Bollier, 2014.

comum, estaríamos reconstruindo nossa comunidade e a própria sociedade. De tal forma que o comum se configura como reivindicação de acesso ao bem, através do reconhecimento do direito da comunidade de controlá-lo e de usá-lo – em detrimento de controles públicos ou privados excludentes – e tendo como referência o valor de uso para a comunidade.

O comum não se confunde com os recursos comuns, ou com o bem comum. Deve-se falar, portanto, de comuns para designar não aquilo que é, naturalmente ou por direito, comum, mas aquilo que é investido por uma atividade de compartilhamento. [...] É a atividade que “torna comum” a coisa, inscrevendo-a em um espaço institucional mediante a produção coletiva de regras específicas.⁴³

Ou seja, a ação política por parte dos cidadãos é necessária para a transformação dos espaços em comuns, através da reapropriação dos primeiros⁴⁴. Desta forma, os comuns não são apenas recursos ou equipamentos, são também relações, sendo necessário o empenho coletivo para que aconteça, representando, ainda, a ação de resistir, por meio da luta pela reapropriação coletiva. Aqui vale trazer o caso das praças – espaços públicos por excelência – mas que só se transformam em comuns a partir da ocupação para reivindicações e expressão política, como, por exemplo, as praças ocupadas durante os movimentos do 15M ou da Primavera Árabe.

A manutenção dos comuns exige esforço para que não haja sua supressão, garantindo, assim, que seus valores sejam ensinados e constantemente renovados – é preciso mudar nossas lógicas internas para que possamos mudar as externas, por isso a prática insurgente tem que ser vivenciada, experimentada. Somente assim será possível evitar a capitalização dos comuns, pois, como nos alerta Harvey⁴⁵, quanto melhor a qualidade do comum criado, maior será o interesse em sua apropriação e na maximização do lucro privado. Portanto, é importante diferenciar comuns de apropriações privadas do espaço público, com intuito de lucrar e que se constituem como simples eventos: “a desavergonhada transformação em *commodities* e comercialização de tudo são, afinal, indicadores dos nossos tempos”⁴⁶.

Desta forma, o comum se configura como uma ponte entre as lutas contra os aspectos mais nocivos do capitalismo e aquelas a favor de uma nova organização social, baseada em princípios de autogestão e solidariedade. Por isto, talvez, seja este o motivo que faz o comum ser atrativo como alternativa⁴⁷, pois, a partir dele, os conflitos urbanos possuem duas esferas: a superação do controle da propriedade privada e pública e o surgimento e/ou desenvolvimento de novas práticas socioespaciais de democracia e de autogestão.

O comum é, então, um relacionamento entre pessoas e coisas baseado nas condições de um mundo compartilhado, buscando a sobrevivência através da autorrealização dos indivíduos, da coletividade e da cooperação mútua fora das relações de mercado e do Estado. As ocupações, por sua vez, não somente rejeitam o sistema capitalista, mas também expõem as relações sociais abusivas, bem como as de propriedade.

Neste sentido, as ocupações são exemplos de lugares e ações onde podem emergir capacidades concretas para a auto-organização coletiva para além das relações capitalistas

⁴³ Tonucci Filho; Magalhães, 2017, p. 447.

⁴⁴ Harvey, 2013.

⁴⁵ Harvey, 2006; 2013.

⁴⁶ Harvey, 2006, p. 235.

⁴⁷ Dardot; Laval, 2017.

exploradoras, na medida em que representam não só a liberdade de espaço, mas também de tempo e de movimento. Afinal, nesses espaços alternativos, novas maneiras de se relacionar são acionadas, abandonando as relações alienadas capitalistas. Assim, nas ocupações, a casa ou a moradia não é simplesmente um lugar para sobreviver – para se proteger, dormir ou comer –, mas, sim, onde se pode viver, se habitar, um lugar no qual organizar a vida em seus próprios termos torna-se imperativo. Afinal, habitar é apropriar-se de algo, significa modelar o espaço e viver a cidade em toda sua intensidade e complexidade, transcendendo, então, a simples moradia.

Na verdade, ocupação é mais do que apenas viver sob um teto, é um processo coletivo de auto-organização para se ter acesso a um espaço acessível, uma maneira cooperativa de reparar e preservar o prédio, uma maneira alternativa de viver nas margens dos padrões capitalistas e uma experiência política de protestar e mobilizar através da ação direta.⁴⁸

Uma importante característica das ocupações é ser a negação das formas de dominação existentes: política, econômica, social, cultural. Afinal, nelas há ausência de relações sociais baseadas na exploração do trabalho; organização interna horizontal; crítica à relação dominante entre as necessidades de sobrevivência e a maneira como devem ser satisfeitas; além, é claro, da utilização do estoque de imóveis vazios – o motivo da existência das ocupações –, que é considerada uma grande afronta à propriedade privada. Neste sentido, o ato de “ocupar é uma negação à dominação existente”⁴⁹.

Desse modo, as ocupações dialogam diretamente com o comum, na medida em que este se baseia em dois aspectos fundamentais: a democracia real, pelo autogoverno, e o ataque ao direito de propriedade, fortalecendo o direito de uso. Assim, as ocupações urbanas – enquanto ação de reapropriação de um espaço vazio, ocioso, abandonado, como meio para distintas necessidades, das básicas às radicais – são o caminho pelo qual podemos criar os comuns, pois visam não só satisfazer as necessidades de moradia e de espaços de sociabilidade, mas também são práticas de diferentes modelos de organização do trabalho e de tomada de decisões internos, mais participativos e horizontais.

A ocupação como comum é, pois, uma resposta direta ao fracasso do capitalismo e da proposta de estado de bem-estar – não existente no Brasil –, que não foram capazes de suprir as carências da nossa sociedade.

El movimiento de okupación no sólo ha hecho constar sus malestares y posicionamientos ‘anti’ respecto a todos os problemas derivados de esas esferas (especulación del suelo, paro, neoliberalismo, etc.) sino que los ha articulado em ‘programas’ ideológicos claramente anticapitalistas y libertarios (frente a la propiedad privada y la acumulación, frente al trabajo asalariado, frente al autoritarismo jerárquico de la democracia formal, de los partidos, los sindicatos y hasta de algunas asociaciones ciudadanas).⁵⁰

Assim, a ocupação desafia a escassez da habitação, a especulação urbana, o direito absoluto de propriedade privada e a gestão capitalista do espaço urbano, da forma como são

⁴⁸ Martínez; Cattaneo, 2014a, p. 29, tradução nossa, no original: “*In fact squatting is more than just living under a roof, because it is a collective process of self-organization to get access to an affordable space, a cooperative way of repairing and preserving the building, an alternative way of living in the margins of the capitalist patterns, and a political experience of protesting and mobilizing through direct action*”.

⁴⁹ Martínez; Cattaneo, 2014c, p. 239, tradução nossa, no original: “*squatting is a negation of already existing domination*”.

⁵⁰ Martínez, 2002, p. 312.

conduzidos pelo Estado e pelos interesses privados. Martínez⁵¹ entende que os Centros Sociais Ocupados (CSOs) possibilitam viver um estilo alternativo de vida, de acordo com seu querer e visão, e se posicionar às margens e de combate ao sistema capitalista. Em minhas pesquisas, conforme explicitado em nossa dissertação de mestrado⁵², não só os CSOs, mas também as demais ocupações estudadas que combinam características anticapitalistas, entre as quais as mais básicas são: equipamentos coletivos, oficinas sociopolíticas, ações diretas, hortas comunitárias, espaços de formação política, atividades de lazer não comerciais, reuniões autogestionadas e, enquanto casas ocupadas, oferecem moradia gratuita (ou a baixo custo) para os ocupantes. Neste sentido, a força da ocupação está na sua capacidade de construir espaços comuns, indo além dos objetivos imediatos de direito à moradia e promovendo a autogestão do cotidiano e do espaço público como valor de uso.

Por fim, é importante lembrar que não negamos que as ocupações possam se subordinar às dinâmicas do mercado imobiliário e à formalização burocrática e político-administrativa. Essa situação, então, pode significar a perda de força ou o fim de diversos projetos e ações que conferem às ocupações características de comum. Porém, acreditamos – conforme buscamos demonstrar ao longo do trabalho – que o engajamento das ocupações na resistência possibilita um amplo espectro de experimentações socioespaciais que as aproximam do comum, afinal,

o comum não diz respeito apenas a uma crítica da propriedade privada e do estatismo burocrático, mas aponta saídas concretas para além disso. Trata-se de pensar diferentemente e abrir nossas imaginações para reconhecer e nutrir formas alternativas de relações entre as comunidades e seus espaços, e abrir a cidade ao uso e ao compartilhamento de todos.⁵³

Considerações finais

Como se buscou explicitar, acreditamos que o espaço urbano, através da urbanização, é parte ativa do processo de obtenção de mais-valia pelos capitalistas, desta forma, o capitalismo busca a cidade para resolver suas crises⁵⁴. Assim, a construção do espaço urbano se dá repleta de intensos conflitos, embates e alianças entre os diferentes agentes e nesse processo alguns agentes buscam maximizar seus lucros, em detrimento da qualidade de vida da população.

No atual contexto de acirramento dos valores neoliberais e novos cercamentos, é no espaço urbano que encontraremos as maiores contradições do capitalismo. Ainda, percebemos que muitas pessoas não se sentem representadas pelo atual formato de nossa democracia. Sendo assim, acreditamos que é no espaço urbano que se encontra o caminho para novas alternativas de superação o capitalismo. Defendemos que a participação da população é fundamental para que ocorram mudanças – afinal, o direito à cidade não é só estar na cidade, também inclui moldá-la, construí-la e se apropriar de seus espaços pela participação política⁵⁵ – e os movimentos sociais urbanos emergem como potências para diminuir as diferenças na cidade e lutar pela construção de novos ideais pós-capitalistas.

Novamente recorrendo a Harvey, no livro “Espaços de Esperança”⁵⁶, o autor salienta que o agir do arquiteto rebelde ocorre em diferentes escalas ou teatros de ação, porém, estes são

⁵¹ Martínez, 2002.

⁵² Caminha, 2015.

⁵³ Tonucci Filho; Costa, 2017, p. 18.

⁵⁴ Harvey, 2013.

⁵⁵ Lefebvre, 2001.

⁵⁶ Harvey, 2009.

constitutivos uns dos outros, assim, a ação rebelde deve ocorrer em todos eles, apoiando-se mutuamente. Com isso, ressaltamos que a transformação é um processo, uma construção social e, por isso, é necessária a perspectiva de uma longa revolução coletiva. Assim, não podemos dispensar experiências fugazes ou pequenas, elas também fazem parte dessa trajetória.

Novos ideários políticos que valorizam a autogestão têm emergido no cenário crítico mundial e estimulam a criação de formas de representação política que não as da atual democracia representativa. Novas experiências surgem a cada dia e com elas podemos aprender e, quem sabe, gerar novas utopias. Defendemos que as ocupações urbanas se encaixam nesse perfil, se configurando, então, como verdadeiras potências.

Atualmente, nas vertentes críticas, o termo comum se transformou em palavra de ordem, porém, é necessário que não fique só na fala, mas que de fato se estabeleçam as relações atribuídas a ele, afinal,

O comum [...] é um potente mote aglutinador, capaz de prover direcionamento a um ampliado leque de pautas centrais na questão urbana contemporânea, de unir esforços e construções de possibilidades de transformação e alternativas diante do avanço das hegemonias neoliberais sobre a produção do espaço.⁵⁷

Neste sentido, o caráter mais geral e abstrato dos comuns possibilita justamente englobar todos os elementos da realidade, todas as instituições e todas as práticas ameaçados pela lógica capitalista de propriedade e mercadoria. Configurando-se, então, como uma ponte entre as lutas contra o capitalismo e as lutas a favor de novas formas de organização.

Conforme dito anteriormente, nosso trabalho se baseia nas pesquisas e visitas desenvolvidas em algumas ocupações – citadas na nota introdutória – sendo importante frisar que essas se localizam em edifícios anteriormente abandonados. Porém, desde 2013, diversos são os movimentos e coletivos no Brasil que atuam nas mais diferentes esferas do espaço público: de hortas urbanas criadas por vizinhos a festivais multiculturais em parques pouco utilizados. Portanto, tais ações ocorrem em espaços residuais ou ociosos, sem uso definido ou subutilizados, como praças e parques abandonados, baixos de viadutos, terrenos baldios e casarões vazios. Como espaços marginais, não interessantes aos atores hegemônicos, são deixados de lado tanto pelos capitalistas como pelo Estado. Essas ações coletivas conformam-se como lutas e/ou insurgências e por isto têm se orientado pela produção de espaços de experimentação de novos modos de vida, mais abertos às múltiplas singularidades e com prevalência do uso à troca. Assim, em novas etapas de nossa pesquisa, buscaremos também compreender a potencialidade dessas novas formas de ocupação para a configuração de comuns.

Os comuns, como lugares da reapropriação, pela sociedade, do espaço por meio da ação coletiva, na autogestão, se configuram como perspectivas de transição para uma cidade e uma sociedade mais justas. O comum se aproxima, então, da ideia de Marx sobre a verdadeira democracia, a qual se funda na autodeterminação e no autogoverno, a revolução para este novo sistema ocorre por meio do ato de reapropriação das condições de vida pela comunidade, ocasionando mudanças no sentido de vida⁵⁸.

⁵⁷ Tonucci Filho; Magalhães, 2017, p. 452.

⁵⁸ Luiz Werneck Vianna (1996), a partir de Gramsci, fala de *revolução passiva* ao tratar de “mudanças com

Bibliografia

BOLLIER, David. *Think like a commoner: A Short Introduction to the Life of the Commons*. Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandro. *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

CAMINHA, Julia Vilela. *Os diferentes sentidos de se ocupar: experiências brasileiras e europeias*. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CRUZ, Mariana de Moura. O novo vocabulário do Comum – ensaio para uma leitura pós-colonial. In: *Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

FERREIRA, Alvaro. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). *O Espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 91-120.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. *Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso, 2013.

HELLER, Agnes. *Una revisión de la teoría de las necesidades*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

KOWARICK, Lucio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

conservação”, quando ocorre uma “revolução” sem participação da massa popular, mas algumas demandas populares são atendidas, dando a ideia de renovação, mas continua sendo o governo de alguns para alguns. Por isso, revolução não pode ser confundida com golpe de Estado – como o caso de 1964, no Brasil.

40142013000300009&lng=en&nrm=iso>

MARTÍNEZ, Miguel A.. *Okupaciones de Viviendas y Centros Sociales: Autogestion, Contracultura y Conflictos Urbanos*. Barcelona: Virus, 2002.

MARTÍNEZ, Miguel A.; CATTANEO, Claudio. Squatting as an Alternative to Capitalism: An Introduction. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). *Squatters movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism*. Londres: Pluto Press, 2014a. Pp. 1-25.

MARTÍNEZ, Miguel A.; CATTANEO, Claudio. Squatting as a Response to Social Needs, the Housing Question and the Crisis of Capitalism. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). *Squatters movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism*. Londres: Pluto Press, 2014b. Pp. 26-56.

MARTÍNEZ, Miguel A.; CATTANEO, Claudio. Conclusions. In: CATTANEO, Claudio e MARTÍNEZ, Miguel A. (Ed.). *Squatters movement in Europe: Commons and Autonomy as Alternatives to Capitalism*. Londres: Pluto Press, 2014c. p. 237-249.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. 2015. 288f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

NEGRI, Antonio. *La Fábrica de Porcelana: Una nueva grámatica de la política*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: *Seminário Internacional Conflicto Social, Militarización y Democracia en América Latina – nuevos problemas y desafíos para los estudios sobre conflicto y paz en la región*, 2002, Buenos Aires.

PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. *Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles*. Nova York: Autonomedia, 2013. P. 17-60.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. *Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles*. Nova York: Autonomedia, 2013.

TONUCCI FILHO, João B. M.; COSTA, Heloisa Soares de Moura. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana?. In: *Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. *Dados*, v.39, n.3, Rio de Janeiro, 1996.
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004>